

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, Camilo Sobreira de Santana; e neste momento faço um cumprimento especial à Primeira Dama do Estado, Onélia Santana, minha conterrânea e que hoje aniversaria;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Fernando Santana;

Excelentíssimo Senhor Prefeito de Fortaleza, Sarto Nogueira;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Antônio Henrique da Silva;

Excelentíssimo Senhor Senador da República, Tasso Jereissati;

Excelentíssimos Desembargadores e Excelentíssimas Desembargadoras, a quem congratulo nas pessoas dos Excelentíssimos Desembargadores Washington Luís Bezerra de Araújo e Fernando Luiz Ximenes Rocha, respectivamente Presidente e Decano desta egrégia Corte de Justiça;

Magistrados, a quem congratulo na pessoa do Meritíssimo Juiz de Direito Daniel Carvalho Carneiro, Presidente da Associação Cearense de Magistrados;

Membros do Ministério Público do Estado do Ceará, a quem congratulo na pessoa do Doutor Manuel Pinheiro, Procurador Geral de Justiça

Advogados, a quem saúdo nas pessoas do Doutor José Erinaldo Dantas Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Ceará, do Doutor Juvêncio Vasconcelos Viana, Procurador-Geral do Estado do Ceará, e da Doutora Elizabeth Chagas, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará.

Servidores do Poder Judiciário Cearense;

Familiares e amigos;

Filhos e amigos da minha querida Aurora, no Cariri cearense;

Senhoras e senhores;

Veza por outra a humanidade enfrenta desafios que nos demandam força, fé e determinação, para que possamos vencê-los. Nesses momentos, como o que vivemos agora em razão da pandemia, valores como a empatia, a solidariedade e o compromisso com as nossas obrigações e propósitos, se fortalecem. Nos unimos no pesar pelas perdas irreparáveis de tantas famílias no mundo inteiro, nos cuidados que precisamos tomar uns com os outros, mas também na esperança de seguirmos adiante, mais fortes e sábios.

Tudo isso nos faz lembrar dos caminhos percorridos até aqui, das realizações que empreendemos, dos nossos sacrifícios e dos sacrifícios daqueles que nos antecederam, do conhecimento, da vontade e do potencial que trazemos conosco, de modo a preservar, dentro de nós, e com o máximo zelo, a lembrança de onde viemos, daquilo que somos capazes de fazer juntos, e a certeza de que podemos fazer sempre mais por nós mesmos e pelo próximo.

É com esse estado de espírito que rememoro minha infância no querido Município de Aurora, meu berço geográfico, onde nasci, cresci e muito aprendi. Nesta capital, concluí os estudos básicos e iniciei, na década de 1970, minha formação na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, conciliando os estudos jurídicos com a atividade forense junto ao Cartório Miranda Bezerra. E aqui faço um registro especial ao nobre Doutor Cláudio Narcélio Miranda Bezerra, que permanece à frente dessa Serventia extrajudicial com exemplar competência.

Uma vez graduada, tive a honra e felicidade de obter aprovação para integrar a magistratura cearense, ofício esse que exerço desde 1986, com a responsabilidade que me é exigida por todos aqueles que se relacionam com o Poder Judiciário, direta ou indiretamente: magistrados, servidores, advogados, membros do ministério público e da defensoria pública, e jurisdicionados.

Em 2004, fui designada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, na condição de Juíza. A esse propósito, agradeço aqui o apoio do Exmo. Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha, decano desta Corte.

No ano de 2009, tive acesso, pelo critério de merecimento, ao cargo de Desembargador desta Egrégia Corte de Justiça, relevante marco na minha carreira da magistratura.

Entre os anos de 2015 e 2019, tive a oportunidade de retornar ao Tribunal Regional Eleitoral para exercer, primeiramente, as funções de Vice-Presidente e Corregedora, e, posteriormente, de Presidente daquela Corte Eleitoral.

No biênio de 2019 a 2021, exerci o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ladeada pelos nobres colegas Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo e Desembargador Teodoro Silva Santos, no exercício dos cargos, respectivamente, de Presidente e Corregedor desta instituição.

Por dever de transparência, passo a realizar necessário balanço das atividades que desenvolvi no referido biênio com o apoio de uma brilhante equipe composta de magistrados, servidores e estagiários.

No que se refere ao estudo da admissibilidade de recursos endereçados aos Tribunais Superiores, atividade precípua da Vice-Presidência, foram produzidos e praticados mais de 18.000 atos jurisdicionais.

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes desenvolveu atuação vigorosa, estruturando e disseminando informações relacionadas à tramitação das situações aptas a ensejar a formação de precedentes qualificados, servindo como órgão de suporte a todo o Poder Judiciário do Estado do Ceará no gerenciamento de demandas, geralmente de cunho repetitivo, que repercutem na sociedade cearense.

Nesse ponto, enfatizo a exitosa atuação do referido órgão como indutor da solução proposta pelo Superior Tribunal de Justiça, quando da tramitação do primeiro Recurso Representativo de Controvérsia instaurado por sugestão do Tribunal de Justiça Cearense, o qual restou devidamente resolvido pela Corte Superior em setembro do passado ano. Este fato nos estimulou a propor um segundo Recurso

Representativo de Controvérsia, o qual se encontra pendente de análise pelo Superior Tribunal de Justiça.

Outro ponto a se destacar, foi a vantajosa integração alcançada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes com órgãos similares de outros Tribunais da Federação.

O período em que estive à frente da Vice-Presidência também contribuiu para o exercício da criatividade, experimentando e inovando em novas frentes de trabalho – “*pensando um pouco fora da caixa*”, como se costuma dizer. Aqui, pontuo as atividades que, em equipe, pensamos, planejamos e executamos no contexto do Programa de Celeridade e Produtividade no Âmbito do 2º Grau. Dentro das iniciativas contempladas no mencionado programa, destaca-se a atuação do Núcleo de Qualificação do Acervo, que no período de pouco mais de 18 meses, alcançou a totalidade de processos judiciais distribuídos aos Desembargadores. Para além de contribuir com a depuração de dados sob a guarda deste Tribunal, possibilitando que tenhamos acesso a informações mais específicas e confiáveis, o Núcleo serviu para impulsionar a realização de expedientes na Secretaria Judiciária do 2º Grau, a qual, vale pontuar, mesmo em um ano de dificuldades como foi o de 2020, conseguiu operar 22% a mais de baixas processuais, quando comparado com o ano anterior.

Tivemos ainda a estruturação de uma segunda iniciativa no contexto do Programa de Celeridade: o Núcleo de Auxílio à Produtividade. Com foco no incremento de atos jurisdicionais por meio da proposição de minutas, decisões monocráticas e colegiadas confeccionadas por estagiários de Pós-Graduação, elevou-se a produtividade de gabinetes, contribuindo para a efetiva redução e descongestionamento do acervo processual desta Corte.

## **Senhoras e Senhores,**

É com muita honra que assumo este novo desafio de exercer a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Nesse contexto, mostra-se também desafiador suceder o Desembargador Washington Araújo, que nos últimos dois anos imprimiu um ritmo forte de realizações, destacando-se pelo término da digitalização do acervo processual, pelo fortalecimento da comunicação e pela inigualável obtenção de produtividade, meta maior dos seus esforços e marca indelével de sua gestão à frente do Poder Judiciário cearense.

Agora, conto alegre e seguramente com a presença, ao meu lado, para compor a gestão do biênio 2021-2023, dos nobres Desembargadores Antônio Abelardo Benevides Moraes e Paulo Airton Albuquerque Filho, respectivamente Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará; com os quais passarei a vivenciar e compartilhar responsabilidades, objetivando o bom êxito da nossa administração.

O histórico do Desembargador Abelardo Benevides em sua carreira, sua integridade, seu preparo intelectual e sua habilidade em gerir, garantem que desempenhará com excelência suas atribuições.

De igual modo, o Desembargador Paulo Airton Albuquerque, com sua vasta experiência, em especial no campo do Direito Imobiliário e Registral, bem como sua aptidão no trato interpessoal, será um grande diferencial na condução das funções da Corregedoria Geral de Justiça.

Tenho a satisfação de dispor na Presidência do TJCE do auxílio dos magistrados Joriza Magalhães, Ricardo Alexandre Costa e Emílio de Medeiros Viana e, ainda, com uma equipe de gestores e servidores capacitados e dispostos a dar o melhor de si.

Realço que durante o período de transição nos reunimos para a elaboração do plano de gestão com foco na transformação digital com humanização, o qual está totalmente alinhado ao Plano Estratégico

TJCE 2030 em construção, buscando fortalecer ainda mais a definição de diretrizes mais adequadas ao momento e aperfeiçoar a nossa instituição, através dos modelos mais atualizados de gestão administrativa.

Referido plano estabelece cinco eixos de atuação: **procedimentos judiciais, produtividade, tecnologia, infraestrutura e finanças.**

Debruçamo-nos sobre os **procedimentos judiciais** e constatamos a necessidade de adequação ao nosso tempo, marcado pelo uso intensivo e inteligente de tecnologia. A automação e a gestão aprimorada de processos de trabalho se tornam absolutamente imprescindíveis. Em tempos tão difíceis, porém, não podemos dispensar a necessidade de humanização do atendimento, visando ao acolhimento daqueles que mais necessitam de auxílio e apoio, com o objetivo de propiciar um Poder Judiciário efetivamente aberto e inclusivo para todos.

A **produtividade**, tão exigida em nossas atividades, deve tornar-se um hábito pela excelência. Nesse sentido, devemos fortalecer as soluções consensuais de conflito e o sistema de juizados especiais, buscando alternativas viáveis e efetivas para os jurisdicionados. A Inteligência Artificial deve ser aprimorada e implementada na prestação jurisdicional, sendo utilizada como uma útil e cada vez mais frequente ferramenta, mas nunca como substituta permanente de nossas emoções e compreensão de mundo, que devem se fazer presentes quando a Jurisdição for chamada a atuar.

A reestruturação judiciária deverá ter continuidade, visando aprimorar, cada vez mais, o funcionamento da Justiça Cearense. Convém destacar que, apesar das adversidades, nossa Instituição permanece em gradativa e crescente produtividade.

Ante às transformações digitais, buscaremos estimular todos os integrantes do Poder Judiciário, por intermédio da Escola Superior da Magistratura, no permanente desenvolvimento e capacitação, visando ao constante progresso no aprendizado e na qualidade dos serviços

prestados, de modo que todos possam usufruir, com maior eficácia, das tecnologias e das ferramentas digitais.

A modernização da infraestrutura e do atendimento será uma das prioridades. Para tanto, utilizaremos ferramentas tecnológicas com foco na maior oferta de serviços digitais de fácil e rápido acesso aos jurisdicionados, facilitando a rotina dos advogados e do público em geral, bem como tornando cada vez mais transparente e profícua a prestação jurisdicional.

É digno de nota a importância que o financiamento adquirido no âmbito do Programa de Modernização do Poder Judiciário / PROMOJUDI terá para a implementação das transformações digitais e da modernização tecnológica de que o Poder Judiciário Cearense tanto necessita. Nesse ponto, aproveito para agradecer e enaltecer a imprescindível colaboração do Governador Camilo Santana e do então Presidente da Assembleia Legislativa, Sarto Nogueira, que tão bem compreenderam a necessidade do mencionado investimento.

A priorização de uma gestão eficiente, eficaz e efetiva deve ser acompanhada do aperfeiçoamento da gestão financeira e orçamentária, propiciando melhoria e transparência na obtenção de recursos e no acompanhamento das despesas.

A boa governança, como está estabelecida na Constituição Federal Brasileira, pressupõe a observância por todos os agentes públicos dos princípios da impessoalidade, da legalidade, da publicidade, da eficiência e da moralidade. Não haverá prosperidade sem o integral zelo e comprometimento para com a concretização destes princípios.

Algumas questões específicas devem ser objeto de atenção e cuidado nesses próximos dois anos.

Na qualidade de mulher, não posso deixar de me sensibilizar e de me inquietar com a problemática da violência doméstica. Durante a gestão, além da aplicação das disposições da Lei Maria da Penha, haverá um

olhar especial na intensificação dos trabalhos preventivos à violência doméstica.

Além disso, será executado, em prol de magistradas e servidoras, programa de desenvolvimento de mulheres líderes, com o fim de fomentar, cada vez mais, a participação feminina na gestão judiciária.

Reitero que a comunicação interna e externa será prioridade da gestão. Nessa linha, para além da relação de mútuo respeito com os demais Poderes do Estado e com as instituições que integram o Sistema de Justiça, será amplo o diálogo com os meios de comunicação e a sociedade em geral.

Dirigindo-me ao magistrados, servidores e colaboradores desta instituição, coloco-me à disposição de todos, sem quaisquer divisões ou segmentações referentes a capital ou interior, uma vez que devemos atuar de forma una e coesa, convergindo para uma única missão: “garantir direitos para realizar justiça no Estado do Ceará”.

### **Senhoras e Senhores,**

Estamos convivendo com uma crise aguda na área da saúde, com reflexos em diversos segmentos. Precisamos de serenidade e equilíbrio por parte de todos os agentes que conduzem a administração pública em seus diversos níveis, para que possamos transpor esse momento difícil unindo esforços, preservando vidas e garantindo o melhor caminho para a sociedade.

Nesse aspecto, desde o início da pandemia, o Judiciário cearense tem adotado o sistema home office, e estamos em permanente diálogo com os órgãos que definem os protocolos de saúde pública para decidirmos a viabilidade e operacionalização do retorno das atividades presenciais. Estimamos que as providências e as medidas sejam adotadas buscando a eficiência, na linha de se realizar o melhor para o interesse público, sempre com responsabilidade e segurança.

Iniciamos a nova gestão cercados de entusiasmo e esperança em dias melhores, confiantes de que, com trabalho e dedicação, alcançaremos as metas desejadas.

Nesse momento solene, reafirmo meu compromisso com a realização da Justiça, bem maior na busca de uma sociedade civilizada e, portanto, mais próspera e harmoniosa.

Tenho a certeza de que, com a colaboração e participação de todos, sairemos mais fortes desse momento desafiador pelo qual passamos, retomaremos nossas rotinas e prosseguiremos na caminhada em defesa dos melhores interesses da sociedade cearense.

### **Concluo minha fala com distintos agradecimentos.**

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela saúde e pela possibilidade de estar hoje vivendo, com grande emoção, a realização de um sonho.

Agradeço aos meus queridos pais, João Pinheiro do Amaral, que já habita a alta Corte Celestial, e Josefa dos Santos, que nos acompanha pela Internet, por terem me ensinado os valores éticos e morais que norteiam, diariamente, minha trajetória e minhas decisões pessoais e profissionais.

Agradeço o apoio incondicional que tenho recebido ao longo da minha vida, dos meus estimados irmãos, Necilde e Denísio Pinheiro.

Agradeço ao meu esposo Fernando, pelo amor e companheirismo de vida. Às nossas filhas, Maria Alice, Maria Cecília e Maria Isabel, por todas as alegrias que sempre me proporcionaram. Aos meus genros Roberto Lincoln e Lucas, que agregam nossa família com carinho e afeto. E à minha netinha Serena, que trouxe luz e bênçãos à nossa família.

Agradeço aos Desembargadores e às Desembargadoras que depositaram em mim sua confiança para presidir o Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Agradeço aos magistrados, servidores e colaboradores que me acompanharam durante toda a minha trajetória, e que contribuíram para o êxito das atribuições que me foram confiadas pela toga.

Agradeço aos amigos e familiares que estão ao meu lado, intercedendo, apoiando, fortalecendo e celebrando as vitórias alcançadas.

Portanto, que a Luz Divina nos ilumine e nos conceda a serenidade e prudência em nossas decisões, mas igualmente a força necessária para cumprí-las e torná-las realidade de Justiça.

Finalizo minha fala evocando as sábias palavras de D. Helder Câmara, as quais refletem meus maiores desejos na busca da concretização da Justiça, no exercício da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: “É graça divina começar bem. Graça maior, persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca”.

Muito obrigada!